

Tomada de posse 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal da Relação do Porto, Juiz Desembargador Dr. José Igreja de Matos, a quem cumprimento, e na sua pessoa, todos os demais presentes.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Realiza-se no dia de hoje a Cerimónia de Tomada de Posse dos novos Juízes Desembargadores do Tribunal da Relação do Porto, entre os quais se contam, os que, como eu, após promoção no 12.º Concurso Curricular de Acesso aos Tribunais da Relação, aqui foram colocados.

No meu caso particular, coube-me um honroso último lugar, que, sendo irrecusável, me torna na Juíza Desembargadora menos antiga do Tribunal da Relação do Porto, e, por isso, e só por isso, na que cumpre o critério instituído para agora usar da palavra.

Sem pretensões ou pergaminhos para representar quem quer que seja, resta-me partilhar com os presentes a minha experiência pessoal enquanto juíza de direito. Não porque seja digna de qualquer nota distintiva – seguramente que não – mas simplesmente pelo muito que, de comum e comparável com a generalidade dos juízes, a aproxima dos demais empossados.

Começemos pelo princípio.

Quando, 30 anos atrás – mais coisa para uns menos coisa para outros – ingressámos no Centro de Estudos Judiciários, já para não falar na Faculdade de Direito, poucos serão os que ousariam antecipar no seu imaginário o momento que agora vivemos.

Ascender a um Tribunal Superior, já então uma possibilidade para todos e uma legítima ambição para alguns, de certo, não era uma certeza para ninguém. Antes, um longo caminho, agora inexplicavelmente percepcionado como pouco mais do que um instante, haveria, como foi, de ser percorrido, fruto ora de uma escolha intencional ora do acaso, ora ainda do encontro entre ambos, com resultados que, a final, se revelaram felizes.

Vencido o degrau inaugural do CEJ, seguiu-se o trajecto habitual da carreira judicial.

Com o estágio nos Tribunais fez-se a primeira aproximação ao quotidiano dos processos então suavizada pela generosa orientação dos formadores, referências decisivas no futuro exercício da judicatura. Enriquecidos pela prática diária, beneficiários da experiência e saber dos mais velhos e estimulados pela partilha entre pares, o que se aprendeu nessa altura, de paixão e curiosidade sem paralelo, foi determinante nos anos vindouros.

Depois, com o primeiro acesso, normalmente sozinhos no Tribunal e em casa, sem o conforto da validação de terceiros, experimentámos a verdadeira angústia do Juiz antes da decisão, e testámos com êxito a nossa capacidade e competência profissionais.

Superada a prova, avançámos para o acesso final onde, durante anos a fio, primeiro como Juizes de Comarca e depois como Juizes de Círculo ou, após a reforma judiciária, como Juizes dos Juizos Locais ou dos Juizos Centrais, continuámos a exercer funções, com garantia, no mínimo, de dedicação inexcedível, as mais das vezes num equilíbrio difícil entre trabalho e família, a segunda a perder para o primeiro no balanço do curso impiedoso do tempo.

Competências genéricas, pendências elevadíssimas, sucessivas alterações legislativas, instalações quantas vezes inqualificáveis, um sem-número de exigências, umas mais compreensíveis do que outras...Tudo isso aconteceu, é certo. Mas nada disso impediu que tivéssemos cumprido com alegria o juramento inicial de administrar a justiça em nome do povo, no que, é da mais elementar justiça reconhecê-lo sem esforço, não estivemos sós.

Sem a solidariedade dos colegas, sem o relacionamento cordial com funcionários e advogados, sem a colaboração de uns e de outros, sem a família e sem os amigos, talvez tivesse sido possível também... Não digo que não, mas seguramente não teria sido igual, não teria sido tão recompensador, nem teria sido tão gratificante. Daí o justo agradecimento a quem nos ajudou a chegar até aqui, em especial aos familiares e amigos que, infelizmente, já partiram e nos deixaram uma imensa saudade.

A inegável satisfação do dever cumprido, não renega as falhas que, ao longo deste período de tempo, porventura se tenham cometido, que, sendo oportunidades para aprender, se assumem sem orgulho e se guardam como lição.

Entretanto, foram inúmeras as mudanças na Justiça que, aliás, à semelhança do que sucede no país e no mundo, não param de surpreender-nos.

A desejada e necessária utilização dos meios informáticos se trouxe para a administração da Justiça vantagens de valor incalculável, foi, outrossim, para impor preocupações e desafios não negligenciáveis agora exponenciados por todo um novo mundo baptizado de inteligência artificial.

As aceleradas mutações sociais, o alargamento do círculo de interesses humanos e o crescente escrutínio público da actividade judicial reanimam questões antigas e colocam problemas inesperados que exigem dos Juízes a compreensão necessária à busca de soluções que respondam à complexidade da realidade actual.

Do mesmo passo, faz caminho a legítima e justíssima pretensão dos Juízes a uma vida que, a par do trabalho, lhes permita, sem culpa, o gozo efectivo de outros direitos e a concretização de outros interesses a que desejem dedicar-se.

A chamada Síndrome de Burnout está aí, sem contemplações, e deve preocupar a todos, a bem da saúde dos Juízes, das suas famílias, e a bem da Justiça.

Para nós que tomamos posse, este ano é um ano de transição na nossa carreira de Juízes, e, como é próprio dos estados de transição, se a segurança propiciada pelo conforto do conhecido dá lugar à apreensão perante o que nos é menos familiar, a novidade e a mudança estimulam a curiosidade e renovam a motivação.

Para mais, a maior responsabilidade, que inevitavelmente se adivinha no desempenho das novas funções, conta, é bom que conte, com o saber feito da experiência acumulada quer nos tribunais em particular quer na vida em geral.

Fazer previsões sobre o futuro é exercício arriscado, mas julgo não me enganar se disser que, nesta nova fase do nosso percurso, continuaremos a emprestar à Justiça o melhor de nós porque o caminho iniciado há sensivelmente 30 anos continua, assim como, animada pela esperança de contribuir para um país mais desenvolvido e justo e para o fim último do bem comum, se mantém a nossa vontade de, com entusiasmo, o trilhar.

É justamente com esta palavra milagrosa que, citando José Tolentino Mendonça, termino, “a esperança é que nunca pode decrescer. A semente para frutificar precisa da mão que a atira mais para longe. O barco precisa de quem, enamorado pela viagem, seja capaz de o ajudar a deixar a quietude ilusória do porto. A página precisa de quem arrisque contar uma história. Nas coisas mais pequenas como nas grandes encontramos a mesma chamada à esperança”.

Muito obrigada.

Carla Fraga Torres